ISENÇÃO FISCAL — DECRETO-LEI N.º 2.615, DE 1940

— O Decreto-lei n.º 2.615, de 21-9-40, não se aplica às entidades que gozavam de isenção antes dessa lei, as quais continuam obrigadas às taxas e impostos que já pagavam, isto é, às taxas e impostos não incluídos na isenção, inclusive o imposto de consumo, substituído pelo imposto único para os contribuintes em geral.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

ACÓRDÃO N.º 16.513

Recurso n.º 18.810 — Imposto de Consumo. — Recorrente: Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira. — Recorrida: Alfândega do Rio de Janeiro.

A Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira pediu autorização antecipada de despacho de 1.000.000 de quilos de óleo de petróleo combustível para fornos de aço, a chegarem pelo Motorcaline do Panamá.

A Alfândega desta Capital entendeu que essa mercadoria estava sujeita a imposto de consumo no valor de Cr\$ 10.000,00, com o que não se conformou a recorrente, que invoca o seu contrato com o incidirem sobre a construção, ampliação e exploração das usinas e suas dependências, bem como, segundo a letra d da cláusula II, n.º 1, a isenção abrange os impostos sobre combustíveis que a recorrente importar, desde que sejam necessários para o funcionamento de suas usinas.

Pela decisão de fls. 22 foi a revisão julgada procedente para ser exigido o imposto de Cr\$ 10.000,00 e a multa de igual quantia, por não ter sido o imposto pago em tempo.

No prazo regulamentar a interessada interpôs o presente recurso, fundando-se nos argumentos já expostos.

Isto pôsto:

Considerando que pelas razões de fls. 16 a recorrente afirma que *suspendeu* o pagamento do imposto de consumo dos óleos combustíveis para fornos de aço, à vista da resolução de Recebedoria desta Capital e do art. 5.º, § 3.º, do Decreto-lei n.º 2.615, de 21-9-40;

Considerando que essa resolução determina que não mais é devido o imposto de consumo sobre o produto em questão, em virtude de ter sido criado o imposto único pelo Decreto-lei n.º 2.615, citado;

Considerando, portanto, que o imposto único teve por fim dar à União a exclusividade da taxação dos combustíveis líquidos, em obediência à lei constitucional n.º 3, conforme se vê dos considerandos que precederam o citado Decreto-lei n.º 2.615;

Considerando, entretanto, que o art. 11 do Decreto-lei n.º 2.615 exclui sua influência sobre as isenções ou reduções concedidas a entidades oficiais ou privadas, que *deverão continuar a pagar os impostos e taxas a que estão sujeitos calculados na conformidade das leis e tarifas vigentes na data da publicação do referido decreto-lei*;

Considerando, portanto, que a recorrente não podia *suspender* o pagamento do imposto de consumo a que se julgava obrigada antes do Decreto-lei n.º 2.615, porque esse decreto não alterou a sua situação fiscal conforme resulta do art. 11 acima citado;

Considerando que é princípio de direito que o ato dos contratantes posterior ao contrato, que tiver relação com o objeto principal, será a melhor explicação da vontade que as partes tiverem no ato da celebração do mesmo contrato (Código Com., art. 131, n.º 3) e assim, se a recorrente pagava imposto de consumo antes do Decreto-lei n.º 2.615, que não se aplica às entidades que gozam de isenção, deverá continuar a pagá-lo na mesma base;

Considerando os casos idênticos, dadas as circunstâncias do processo:

Acordam os membros do Segundo Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, negar provimento ao recurso, resolvendo-se, entretanto, encaminhar o processo ao Sr. Ministro propondo a dispensa da multa, por equidade.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1944. — *Carlos Freire Zenha*, Presidente e Relator.

Fui presente. *Pedro Teixeira Soares Júnior*, representante da Fazenda Pública.

Vencido o Sr. Ari dos Santos Silva, que dava provimento ao recurso.